

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº07.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº09.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG)

nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 6ª Reunião Extraordinária – 18.07.2014 (sexta-feira) - Horário: das 9 às 12 horas

LOCAL: Instituto Agrônomo de Campinas
Auditório do Café – IAC - Campinas/SP.

Membros Presentes	
Entidade	Representante
APTA	Fábio Luis Ferreira Dias
ASSEMAE	Júlio Cesar do Nascimento
CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)	Denis Herisson da Silva
CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo)	Maurício Magossi
COOP. HOLAMBRA	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Limeira	Dirceu Brasil Vieira Luiz Gonzaga da Silva
Rotary Intl. D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A)	Julio Cesar do Nascimento
Sindicato Rural de Bragança Pta.	João Carlos Leme Ribeiro
Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Jundiá	Luis Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Luis Fernando Amaral Binda representando Pedro Geraldo Zanarelli
Sindicato Rural de Monte Mor	Luis Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SMA/CBRN	Kazue Matsumoto
Terceira Via (Associação Terceira Via)	Nelson Luiz Neves Barbosa

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 15 de julho de 2014.

Abertura da 6ª Reunião Extraordinária: O Coordenador da CT-Rural, João Baraldi abriu a reunião e agradeceu a presença de todos. Após a apresentação dos membros, a palavra foi concedida ao secretário Sr. Denis Silva que solicitou a apreciação do ofício 03/2014-ER que trata sobre a indicação dos servidores representantes da Prefeitura Municipal de Limeira junto à CT-Rural, a saber: Sr. Dirceu Brasil Vieira e Luiz Gonzaga da Silva (titular e suplente respectivamente). O Coordenador deu boas vindas aos novos membros, sendo

aprovados pelos presentes. O Coordenador concedeu a palavra a Sra. Maria Eugênia Martins, neste ato, representando o Sr. Sérgio Razera, presidente da Agência de Bacias PCJ. Maria Eugênia justificou a ausência do Sr. Sérgio Razera e informou que há uma dúvida sobre as atribuições e responsabilidades da CT-Rural. Desta forma, informou que a atribuição e a responsabilidade da CT-Rural é manifestar pareceres e sugestões sobre os projetos apresentados e se estes atendem aos anseios da respectiva câmara, especialmente na análise técnica da metodologia. Informou ainda que não há responsabilidade da câmara sobre a execução dos projetos. Com a palavra, o Coordenador da CT-Rural agradeceu a explanação de Maria Eugênia e solicitou a presença do Sr. Maurício Magossi, Coordenador do GT-Projetos para compor a mesa e acompanhar a apresentação do Prof. Rinaldo Calheiros sobre o projeto Monitoramento da Evolução das Características Hidrográficas de uma Microbacia Hidrográfica. Após a apresentação, Magossi destacou o empenho dos membros do GT-Projetos na leitura, análise e sugestões do projeto. O Sr. Petrus Weel questionou o porquê da implantação do projeto proposto em Extrema. O Prof. Rinaldo agradeceu as sugestões propostas pelo GT-Projetos e informou que o município de Extrema apresenta estabilidade política sobre a questão ambiental, entre um mandato e outro, e que isso é imprescindível para a execução e sucesso de um projeto de longo prazo sem interrupções. Não houve manifestação contrária e o projeto foi aprovado dentro dos interesses da CT Rural, pois há necessidade de saber qual será a contribuição na produção de água advinda de práticas conservacionistas e se

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº07.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº09.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG)

nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 6ª Reunião Extraordinária – 18.07.2014 (sexta-feira) - Horário: das 9 às 12 horas

LOCAL: Instituto Agrônomo de Campinas
Auditório do Café – IAC - Campinas/SP.

isso poderá auxiliar no cálculo de pagamentos por serviços ambientais. A seguir foi apresentado o projeto LUISA pelo Sr. Luiz Brasi, que enfatizou que o projeto parte do interesse e iniciativa da CT-Rural frente a real necessidade de se realizar um levantamento sócio-ambiental dentro do escopo de produção quali-quantitativa de água e que já foi construído um diálogo entre outras câmaras técnicas, dentre elas a CTOL, CTRN, CTSA. Brasi informou que a Agência PCJ vai formatar um termo de necessidades para que a CT Rural possa analisar o questionário que será construído e aplicado junto aos demais órgãos interessados mediante lavratura de um convênio ou termo de cooperação. Ainda com a palavra, solicitou a manifestação da câmara sobre a decisão de aplicar em toda a bacia, sub-bacia ou em uma ou mais microbacias específicas. Com a palavra, Dirceu Brasil vê uma boa ferramenta diagnóstica, mas acredita que a melhor forma é ser aplicada inicialmente em uma pequena área e, corroborando, Rinaldo Calheiros também acredita na imprescindibilidade de se testar o questionário na prática junto aos produtores rurais. Com a palavra, João Baraldi relatou que acredita que o sucesso do empreendimento depende da participação do poder públicos e parceiros e que deve haver um trabalho em conjunto com as prefeituras e os sindicatos rurais. Com a palavra, Brasi falou que é imprescindível a participação conjunta de diversos órgãos, sejam eles públicos ou privados em especial na fase inicial do projeto que prevê a cooperação e integração de informações que tais órgãos possuem. Sobre o intercâmbio de informações entre os órgãos parceiros, Magossi, pela existência de dados parciais em outros órgãos, sugeriu que o convênio

ou termo de cooperação deve ser firmado entre os parceiros antes de se aplicar o questionário, pois existem dados de órgãos públicos que não podem ser repassados devido ao princípio da confidencialidade e sigiliosidade, desta forma o projeto poderá iniciar travado devido aos entraves legais. Brasi informou que os 6 primeiros meses do projeto serão dedicados a estes de levantamentos de dados e informações já tabulados em órgãos oficiais, privados, sindicatos rurais, cooperativas, prefeituras e afins, de forma a ganhar tempo, evitar dualidades, redução de custos, ao mesmo tempo, proceder a indispensável integração entre os órgãos. **Considerações finais:** o Coordenador solicitou à plenária uma posição se o projeto deve ser aplicado em toda a bacia do PCJ ou se restringir a uma área menor, como uma sub-bacia. A plenária aprovou a recomendação do projeto LUISA e que o questionário seja aplicado inicialmente em uma ou mais microbacias, a exemplo e condição de trabalho a ser realizado nas microbacias do Ribeirão Cavalheiro, Bom Jardim e, possivelmente, Borda da Mata, para constatação de sua viabilidade. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 12:00 eu, Denis Herisson da Silva, digitei a presente ata que, depois de ser impressa, será encaminhada eletronicamente aos membros e apreciada na reunião seguinte.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT – Rural

Nilton Piccin
Coordenador-adjunto da CT- Rural

Denis Herisson da Silva
Secretário